

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	13
----------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	46
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	49
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	50
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	783.828.529
Preferenciais	0
Total	783.828.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.609.899	1.648.882	1.681.663
1.01	Ativo Circulante	65.504	58.586	102.730
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.658	4.184	28.897
1.01.03	Contas a Receber	21.348	26.437	73.159
1.01.03.01	Clientes	21.304	26.270	73.055
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	44	167	104
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.462	1.143	404
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.462	1.143	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.308	2.232	270
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.728	24.590	0
1.01.08.03	Outros	30.728	24.590	0
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	30.728	24.590	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.544.395	1.590.296	1.578.933
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	29.138	25.366	960
1.02.01.06	Tributos Diferidos	14.879	9.838	960
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	14.259	15.528	0
1.02.03	Imobilizado	1.503.542	1.552.571	1.565.579
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.494.379	1.539.285	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	9.163	13.286	1.565.579
1.02.04	Intangível	11.715	12.359	12.394
1.02.04.01	Intangíveis	11.715	12.359	12.394

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.609.899	1.648.882	1.681.663
2.01	Passivo Circulante	103.671	112.571	154.164
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	56	143	889
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	56	143	889
2.01.02	Fornecedores	9.093	15.258	14.855
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.093	15.258	14.855
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.919	3.604	11.671
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.320	1.028	8.781
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	4.755
2.01.03.01.02	Inss	103	133	628
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	1.182	848	3.199
2.01.03.01.04	Outros	35	47	199
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.447	2.434	2.476
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	152	142	414
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	48.688	45.534	33.722
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.682	46.470	33.722
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.682	46.470	33.722
2.01.04.02	Debêntures	2.006	-936	0
2.01.06	Provisões	41.915	48.032	93.027
2.01.06.02	Outras Provisões	41.915	48.032	93.027
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	9.758	10.816	7.768
2.01.06.02.04	Uso do bem público	1.304	1.194	1.194
2.01.06.02.05	Provisão para constituição de ativos	27.984	34.698	77.045
2.01.06.02.06	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.039	1.317	690
2.01.06.02.07	Credores diversos	830	7	6.330
2.02	Passivo Não Circulante	682.609	727.299	884.044
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	661.952	681.214	681.042
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	400.090	441.276	472.618
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	400.090	441.276	472.618

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.01.02	Debêntures	261.862	239.938	208.424
2.02.02	Outras Obrigações	7.252	24.752	183.160
2.02.02.02	Outros	7.252	24.752	183.160
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	7.252	24.752	0
2.02.04	Provisões	13.405	21.333	19.842
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.591	1.092	79
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.591	1.092	79
2.02.04.02	Outras Provisões	11.814	20.241	19.763
2.03	Patrimônio Líquido	823.619	809.012	643.455
2.03.01	Capital Social Realizado	783.829	759.242	576.082
2.03.04	Reservas de Lucros	39.790	49.770	67.373
2.03.04.01	Reserva Legal	3.369	3.369	3.369
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	20.420	30.400	48.003
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	16.001	16.001	16.001

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	166.834	139.186	83.763
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-106.094	-100.596	-8.222
3.02.01	Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-19.398	-19.222	-5.835
3.02.02	Outros custos operacionais	-11.586	-7.881	-80
3.02.03	Depreciação e amortização	-37.599	-35.382	-2.245
3.02.04	Uso do bem público - UBP	-375	-375	-62
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-32.315	-32.629	0
3.02.06	Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos - CFURH	-4.821	-5.107	0
3.03	Resultado Bruto	60.740	38.590	75.541
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.939	-2.893	-1.469
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.016	-3.182	0
3.04.02.05	Honorários da diretoria e conselho de administração	0	-140	0
3.04.02.06	Gerais e administrativas	-4.274	-2.338	0
3.04.02.07	Pessoal	-742	-704	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	77	289	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	55.801	35.697	74.072
3.06	Resultado Financeiro	-70.821	-62.179	-25
3.06.01	Receitas Financeiras	4.368	2.773	5
3.06.02	Despesas Financeiras	-75.189	-64.952	-30
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-15.020	-26.482	74.047
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.040	8.879	-4.591
3.08.01	Corrente	0	0	-4.591
3.08.02	Diferido	5.040	8.879	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-9.980	-17.603	69.456
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-9.980	-17.603	69.456
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,01300	-0,02600	0,15800

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-9.980	-17.603	69.456
4.03	Resultado Abrangente do Período	-9.980	-17.603	69.456

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	86.973	45.885	1.079
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	92.716	60.466	71.902
6.01.01.01	Lucro/prejuízo do período	-9.980	-26.482	69.456
6.01.01.02	Depreciação e amortização	38.371	36.116	2.416
6.01.01.03	Impostos diferidos	-5.040	-8.879	0
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	1.038	1.078	30
6.01.01.05	Encargos de dívidas	68.231	58.593	0
6.01.01.06	Outras variações monetárias líquidas	3.484	67	0
6.01.01.07	Descontos financeiros obtidos	-26	-27	0
6.01.01.08	Atualização monetária - Impostos a recuperar	-27	0	0
6.01.01.09	Receita de aplicações financeiras	-3.335	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.743	-14.581	-70.823
6.01.02.01	Impostos a compensar	-789	-739	647
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	924	-17.481	-239
6.01.02.04	Outros ativos circulantes	123	-71	0
6.01.02.05	Fornecedores	-6.165	403	0
6.01.02.06	Salários e obrigações	-87	-1.162	0
6.01.02.07	Contribuições e impostos a recolher	315	1.227	4.513
6.01.02.09	Contas a receber de clientes	4.966	46.785	-73.055
6.01.02.10	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	552	560	690
6.01.02.11	Partes relacionadas	0	0	-3.379
6.01.02.12	Provisão para compensação ambiental	-4.355	4.800	0
6.01.02.13	Contingências	499	1.013	0
6.01.02.14	Outros passivos circulantes	959	-6.295	0
6.01.02.15	Outros Passivos não circulantes	-1.431	-1.274	0
6.01.02.16	Provisão para constituição de ativos	-2.523	-42.347	0
6.01.02.17	Outros Ativos não circulantes	1.269	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.247	-35.956	-223.120
6.02.01	Aplicações em investimentos de curto prazo	-4.796	-24.590	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-934	-10.377	-222.982
6.02.03	Aplicações no intangível	-7	-989	-138
6.02.04	Resgate de investimentos de curto prazo	1.490	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-77.252	-34.642	224.860
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	7.087	24.752	183.161
6.03.03	Empréstimos tomados	0	0	395.577
6.03.04	Amortização e pagamento de juros de financiamento	-84.339	-59.394	-353.878
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.474	-24.713	2.819
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.184	28.897	26.078
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.658	4.184	28.897

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	759.242	0	67.373	-17.603	0	809.012
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	759.242	0	67.373	-17.603	0	809.012
5.04	Transações de Capital com os Sócios	24.587	0	0	0	0	24.587
5.04.01	Aumentos de Capital	24.587	0	0	0	0	24.587
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.980	0	-9.980
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-9.980	0	-9.980
5.05.02.06	Prejuízo do exercício	0	0	0	-9.980	0	-9.980
5.07	Saldos Finais	783.829	0	67.373	-27.583	0	823.619

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	576.082	0	67.373	0	0	643.455
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	576.082	0	67.373	0	0	643.455
5.04	Transações de Capital com os Sócios	183.160	0	0	0	0	183.160
5.04.01	Aumentos de Capital	183.160	0	0	0	0	183.160
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.603	0	-17.603
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-17.603	0	-17.603
5.05.02.06	Prejuízo do exercício	0	0	0	-17.603	0	-17.603
5.07	Saldos Finais	759.242	0	67.373	-17.603	0	809.012

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	314.081	0	0	-2.083	0	311.998
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	314.081	0	0	-2.083	0	311.998
5.04	Transações de Capital com os Sócios	262.001	0	0	0	0	262.001
5.04.01	Aumentos de Capital	262.001	0	0	0	0	262.001
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.456	0	69.456
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.456	0	69.456
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	67.373	-67.373	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	3.369	-3.369	0	0
5.06.05	Dividendos obrigatórios não distribuídos	0	0	16.001	-16.001	0	0
5.06.06	Reserva de lucro	0	0	48.003	-48.003	0	0
5.07	Saldos Finais	576.082	0	67.373	0	0	643.455

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	187.941	158.133	87.659
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	183.496	155.071	87.654
7.01.02	Outras Receitas	4.445	3.062	5
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-69.923	-65.989	-7.275
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-19.398	-19.222	-5.835
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-47.423	-44.705	-1.360
7.02.04	Outros	-3.102	-2.062	-80
7.03	Valor Adicionado Bruto	118.018	92.144	80.384
7.04	Retenções	-38.371	-36.116	-2.416
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.371	-36.116	-2.416
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	79.647	56.028	77.968
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	79.647	56.028	77.968
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	79.647	56.028	77.968
7.08.01	Pessoal	1.317	1.017	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	968	608	0
7.08.01.02	Benefícios	254	214	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	95	195	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.480	7.469	8.482
7.08.02.01	Federais	12.480	7.469	8.482
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	75.830	65.145	30
7.08.03.01	Juros	68.232	59.726	0
7.08.03.02	Aluguéis	641	190	0
7.08.03.03	Outras	6.957	5.229	30
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-9.980	-17.603	69.456
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-9.980	-17.603	69.456

Relatório da Administração

Relatório da Administração

Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as Demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045).

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



Relatório da Administração

A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cuja entrada em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

2. Governança corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) administrativo financeiro;
- (ii) de relações com investidores, e
- (iii) técnico.

Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um conselho fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do conselho fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Relatório da Administração

3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2016	31/12/2015	Variação %
Receita operacional bruta	183.496	155.071	18,3%
(-) Deduções da receita operacional	(16.662)	(15.885)	4,9%
Receita operacional líquida	166.834	139.186	19,9%
(-) Custos operacionais	(106.094)	(100.596)	5,5%
Lucro bruto	60.740	38.590	57,4%
(-) Despesas/receitas operacionais	(4.939)	(2.893)	70,7%
(-) Despesas/receitas financeiras	(70.821)	(62.179)	13,9%
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda	(15.020)	(26.482)	-43,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.040	8.879	-43,2%
Prejuízo do exercício	(9.980)	(17.603)	-43,3%
Ativo total	1.609.899	1.648.882	-2,4%
Investimentos	1.515.257	1.564.930	-3,2%

Comentários relevantes

A Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 166,8 milhões no exercício de 2016, ante os R\$ 139,1 milhões registrados no exercício de 2015. A variação de 19,9% é justificada pelo reajuste anual do IPCA nos CCEARs e principalmente pelo aumento de comercialização no ambiente livre conforme demonstrado na nota explicativa nº 21 – Receita Operacional Líquida.

Os custos e despesas operacionais dos exercícios apresentam-se em linha com a receita operacional bruta. A variação de 5,5% e 70,7%, respectivamente, são demonstrados em nota explicativa nº 22 – Custos e Despesas Operacionais.

O resultado financeiro apresenta-se em linha com a receita operacional bruta. A variação de 13,9% é justificada pelo aumento na linha de encargo de dívidas e são demonstrados em nota explicativa nº 23 – Resultado Financeiro.

Não houve imposto de renda e contribuição social correntes pois a Companhia auferiu prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Devido ao fato da Ferreira Gomes Energia S.A ser uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houveram investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, bem como de empréstimos e financiamentos captado de terceiros, incluindo a emissão de debêntures.

Relatório da Administração

EBITDA

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício	(9.980)	(17.603)
(+) Resultado financeiro	70.821	62.179
(+) Depreciação e amortização	38.371	36.116
(+) IR/CS diferidos	(5.040)	(8.879)
(=) EBITDA	94.172	71.813

Endividamento

(Em milhares de reais, exceto índice de endividamento líquido)

	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(48.688)	(45.534)
Não circulante	(661.952)	(681.214)
Dívida total	(710.640)	(726.748)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	40.386	28.774
Dívida líquida	(670.254)	(697.974)
Patrimônio líquido	823.619	809.012
Índice de endividamento líquido	0,81	0,86

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 31 de dezembro de 2016 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha no seu quadro 10 colaboradores.

5. Responsabilidade sócioambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: centros voltados à criação artística, incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico.

Relatório da Administração

Abaixo destacamos os principais projetos implantados:

Programa de Resgate de Fauna;
Programa de Resgate de Ictiofauna e Invertebrados Aquáticos;
Programa de Controle Ambiental da Obra;
Programa de Qualificação de mão de obra e estágio para jovens;
Programa de Apoio a Projetos Esportivos e Culturais;
Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em Ferreira Gomes;
Programa de Apoio aos Agricultores Familiares e Comunidades Ribeirinhas;
Programa de Monitoramento de Vetores e Controle da Malária;
Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias;
Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em Ferreira Gomes;
Programa de Apoio à Elaboração de Planos Diretores de Ferreira Gomes e Porto Grande;
Programa de Gestão Socioambiental Integrada.

Abaixo destacamos os principais projetos em andamento:

Programa de Incentivo à Pesquisa;
Programa de Monitoramento da Qualidade de Água;
Programa de Monitoramento de Peixes e Invertebrados Aquáticos;
Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico e Meteorológico;
Programa de Desenvolvimento de Fornecedores locais;
Programa de Suporte à Implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Araguari;
Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

6. Auditoria Independente

Em 14 de abril de 2014, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) celebrou com a Ferreira Gomes Energia S.A., o “Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria”, durante o período de 03(três) anos.

Nesse sentido, para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2016, bem como as informações contábeis intermediárias, foram contratados os seguintes serviços: (i) revisão das informações contábeis intermediárias – ITRs da Companhia, preparadas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e cujas informações financeiras serão preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016, com a emissão de relatórios de revisão sobre essas informações contábeis intermediárias - ITRs; (ii) Revisão da consistência das informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras com aquelas divulgadas no Formulário de Referência ; e (iv) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016, a serem preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) com a emissão de parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Relatório da Administração

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou “Companhia”) foi constituída no dia 10 de agosto de 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes com potência mínima instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A acionista controladora da Ferreira Gomes Energia S.A. é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), com sede em São Paulo.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 12.

A Companhia está em plena operação comercial, porém merece destaque que antecipou a entrada em operação de duas unidades geradoras conforme abaixo:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

As operações da UHE foram iniciadas no final do exercício de 2014 e durante os últimos exercícios a Companhia continua realizando os pagamentos significativos que estavam programados para a conclusão da obra, conforme apresentados nas rubricas de Fornecedores, Provisão para Constituição de Ativos e Provisão para Gastos Ambientais, por esse motivo a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$ 38.167 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 53.986 em 31 de dezembro de 2015) dependendo de aportes de recursos financeiros dos seus

Notas Explicativas

acionistas juntamente com os resultados futuros, suportados por projeções aprovadas pela administração quanto à evolução positiva de resultados futuros, suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados. Em 31 de dezembro de 2016 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações contábeis

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada em Reunião de Diretoria realizada em 16 de março de 2017.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, apresentados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais..

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *International Financial Reporting Standards* (IFRS) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de

Notas Explicativas

liquidação duvidosa (Nota 3.1.3); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.1.4); Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais (Nota 10); Provisões para contingências (Nota 17).

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários*

Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.2 *Contas a receber de clientes*

A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3 *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2016 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4 *Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros*

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.1.5 *Instrumentos financeiros derivativos*

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015, incluindo operações de *hedge*.

Notas Explicativas

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debentures, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado.

Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debentures são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC).

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas Explicativas

3.6 Intangível

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI, a valor presente, e a contrapartida na conta de ativo intangível. O valor do UBP é trazido a valor presente até a data de entrada em operação, atualizado anualmente utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

3.7 Tributação

3.7.1 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.7.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitado a 30% do lucro real do exercício.

3.7.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.9 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

Notas Explicativas

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas à título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

3.10 Reconhecimento da receita

3.10.1 *Receita de geração de energia elétrica*

A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais. As receitas referentes as vendas realizadas no Ambiente Livre - ACL são também registradas no mês de competência, por meio de uma estimativa contábil do faturamento. A emissão do documento fiscal pertinentes a tais vendas dar-se-á até o final da primeira quinzena subsequente ao mês de competência.

3.10.2 *Receita de juros*

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.11 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Pronunciamentos novos ou revisados

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período.	A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.	
IFRS 16 – Leases	1º de janeiro de 2019	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	

Notas Explicativas

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa			
Fundo fixo	-	4	-
Banco conta movimento	-	6.096	2.324
Aplicações financeiras de liquidez imediata	De 0 a 20% do CDI	2.165	2
Certificados de depósitos bancários	De 85 a 100% do CDI	1.393	1.858
		9.658	4.184

A aplicação financeira de liquidez imediata refere-se a uma aplicação automática vinculada a conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

Certificados de depósitos bancários – CDB's, realizado com instituições do mercado financeiro nacional, possuem liquidez imediata.

6 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2016	31/12/2015
Títulos e valores mobiliários		
Ativo circulante	30.728	24.590
	30.728	24.590

O saldo da conta refere-se as garantias exigidas pelo contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora no período de curto prazo; e também as garantias do contrato de debêntures conforme Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão. Em 21 de dezembro de 2016 a Companhia depositou o montante de R\$ 4.215 em função da exigência para Complementação do ICSD do contrato de debêntures.

7 Contas a receber de clientes

O saldo de 31 de dezembro de 2016 é substancialmente constituído pelos valores faturados nos meses de novembro e dezembro, e que terão sua liquidação em janeiro de 2017. Cabe ressaltar que os valores faturados de suprimento de energia elétrica são recebidos em 3 parcelas decendiais que são liquidadas a partir dos dias 15, 25 e 05 dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEAR's.

Notas Explicativas

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante			
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		11.524	11.361
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	18.1	5.293	8.305
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre		4.487	6.604
		21.304	26.270

8 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante		
Adiantamentos para viagens	-	10
Prêmio de seguros - diversos	41	955
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.267	1.267
	1.308	2.232
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	14.259	15.528
	14.259	15.528
	15.567	17.760

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes.

O saldo do montante repactuado na data de 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 15.526 segregado entre circulante e não circulante. O registro consistiu na criação de uma Despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado do exercício de 2015. A partir de janeiro de 2016, no prazo de 13 anos e 3 meses, ocorre mensalmente, de forma linear, a amortização do prêmio de seguro do risco hidrológico.

Devido a repactuação do risco hidrológico através da escolha do produto SP 92, mediante ao Despacho ANEEL nº 140 de 19 de janeiro de 2016, ficou definido que a partir de 01 de abril de 2029 a Companhia efetuará pagamentos mensais à CCRBT – Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias com término em 31 de dezembro de 2044. (data de término do suprimento dos CCEARs).

9 Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	31/12/2016	31/12/2015
Tributos e contribuições sociais a compensar		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	2.049	652
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	73	73
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	134	134
Imposto sobre Serviços - ISS	102	102
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	4
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	100	178
	2.462	1.143
Passivo circulante		
Tributos e contribuições sociais a recolher		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7	10
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	103	133
Imposto sobre Serviços - ISS	152	142
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.447	2.434
Programa de Integração Social - PIS	210	150
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	972	698
Outros	28	37
	3.919	3.604

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Prejuízo fiscais por exercício

Exercício findo em 2010	(82)
Exercício findo em 2011	(667)
Exercício findo em 2012	(702)
Exercício findo em 2013	(1.523)
Exercício findo em 2014 - lucro presumido	-
Exercício findo em 2015	(25.962)
Exercício findo em 2016	(14.826)
	(43.762)

	Imposto de Renda Diferido	Contribuição Social Diferida
b) Base de Cálculo IR e CSLL	(43.762)	(43.762)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.941	3.938
Total IRPJ e CSLL Diferido	10.941	3.938

Este saldo foi composto por prejuízos acumulados conforme demonstrado acima, o qual a sua recuperabilidade, está suportada por projeções aprovadas pela Administração quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia que preveem que a realização do IR/CSLL diferidos em seus próximos exercícios.

	Saldo de Tributo Diferido em 2015	Constituição de Tributo Diferido no Exercício de 2016	Saldo de Tributo Diferido em 31/12/2016
c) Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	(28.936)	(14.826)	(43.762)
Imposto de renda diferido	7.234	3.707	10.941
Contribuição social diferido	2.604	1.334	3.938
	9.838	5.041	14.879

Notas Explicativas

11 Imobilizado

As adições registradas no ativo imobilizado desde o período em implantação até o período findo em 31 de dezembro de 2016 representam, substancialmente investimentos em materiais, equipamentos, serviços e os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica.

O imobilizado está constituído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2016:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2014	Adições	Transfereência entre contas do Ativo Imobilizado	Transfereência devido Utilização	Re classificação para intangível	Baixas	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Imobilizado em serviço											
Terrenos	-	16.715	-	-	-	-	(7)	16.708	-	-	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,16%	790.885	-	-	24.735	-	-	815.620	-	(7.014)	808.606
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	152.816	-	(13.095)	969	-	(44)	140.646	-	-	140.646
Máquinas e equipamentos	2,76%	227.265	83	11.478	362.296	-	-	601.122	-	-	601.122
Veículos	14,0%	-	10	923	-	-	-	933	10	(527)	416
Móveis e utensílios	6,29%	1.203	33	1.176	14	-	-	2.426	31	(25)	2.432
Benfeitorias em bens de terceiros		956	-	-	-	(956)	-	-	-	-	-
Total do imobilizado em serviço		1.189.840	126	482	388.014	(956)	(51)	1.577.455	41	(7.566)	1.569.930
(-) Depreciação acumulada											
Reservatórios, barragens e adutoras		(1.404)	(17.519)	-	-	-	-	(18.923)	(17.468)	-	(36.391)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(309)	(3.425)	-	-	-	-	(3.734)	(3.444)	-	(7.178)
Máquinas e equipamentos		(563)	(14.234)	-	-	-	-	(14.797)	(16.590)	-	(31.387)
Veículos		-	(132)	(421)	-	-	-	(553)	(64)	339	(278)
Móveis e utensílios		(6)	(157)	-	-	-	-	(163)	(154)	-	(317)
Benfeitorias em bens de terceiros		(375)	-	-	-	375	-	-	-	-	-
Total da depreciação acumulada		(2.657)	(35.467)	(421)	-	375	-	(38.170)	(37.720)	339	(75.551)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.187.183	(35.341)	61	388.014	(581)	(51)	1.539.285	(37.679)	(7.227)	1.494.379
Imobilizado em curso											
Reservatórios, barragens e adutoras		-	363	-	(363)	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		2.932	18.814	-	(21.746)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos		87.520	4.808	-	(92.328)	-	-	-	-	-	-
Veículos		2.535	(93)	(502)	-	(1.007)	-	933	-	(604)	329
Máquinas e equipamentos		13	2	-	(15)	-	-	-	220	(220)	-
A ratear (1)		150.374	24.455	22.730	(197.539)	-	(20)	-	-	-	-
Juros capitalizados (3)		28.839	12.242	-	(41.081)	-	-	-	-	-	-
Programas socioambientais		22.289	-	(22.289)	-	-	-	-	-	-	-
Material em depósito		4.140	131	-	(4.271)	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedor		48.232	(37.819)	-	-	-	-	10.413	(4.192)	-	6.221
Depósitos judiciais		893	1.047	-	-	-	-	1.940	652	-	2.592
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	-	-	-	-	-	-	21	-	21
Estudos e projetos (2)		30.629	42	-	(30.671)	-	-	-	-	-	-
Total do ativo imobilizado em curso		378.396	23.992	(61)	(388.014)	-	(1.027)	13.286	(3.299)	(824)	9.163
Total do imobilizado		1.565.579	(11.349)	-	-	(581)	(1.078)	1.552.571	(40.978)	(8.051)	1.503.542

Notas Explicativas

12 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reclassificação conta imobilizado	Saldo em 31/12/2015	Adições	Saldo em 31/12/2016
Intangível em serviço							
Uso do bem público	3,18%	11.769	-	-	11.769	-	11.769
Software	20,22%	699	33	-	732	-	732
Outros intangíveis	13,29%	-	-	956	956	7	963
Total intangível em serviço		12.468	33	956	13.457	7	13.464
(-) Amortização acumulada							
Uso do bem público		(62)	(375)	-	(437)	(375)	(812)
Software		(12)	(142)	-	(154)	(148)	(302)
Outros intangíveis		-	(132)	(375)	(507)	(128)	(635)
Total amortização		(74)	(649)	(375)	(1.098)	(651)	(1.749)
Total do intangível		12.394	(616)	581	12.359	(644)	11.715

Uso do bem público - conforme estabelecido no contrato de concessão a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927, valor original, a partir de 04 de novembro de 2014, data de início da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE, até o 35º ano da concessão (11/2045). A obrigação registrada na contabilidade refere-se ao pagamento total da dívida, e este montante trazido a valor presente, e atualizado anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

13 Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	1.981	1.919
Materiais e serviços	7.112	13.339
Total	9.093	15.258

Notas Explicativas

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

- a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

Encargos	31/12/2016			31/12/2015			
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total	
Moeda nacional - circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	14.566	745	15.311	14.359	784	15.143
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	5.765	295	6.060	5.683	312	5.995
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	651	33	684	642	34	676
BNDES - Subcrédito D	2,5%	24.705	162	24.867	24.705	191	24.896
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	1.105	2.220	3.325	-	383	383
(-) custo de captação - a amortizar		(1.559)	-	(1.559)	(1.559)	-	(1.559)
Total		45.233	3.455	48.688	43.830	1.704	45.534
Moeda nacional - não circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	194.213	-	194.213	205.822	-	205.822
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	76.868	-	76.868	81.462	-	81.462
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	8.673	-	8.673	9.191	-	9.191
BNDES - Subcrédito D	2,5%	123.524	-	123.524	148.228	-	148.228
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	275.054	-	275.054	254.137	312	254.449
(-) custo de captação - a amortizar		(16.380)	-	(16.380)	(17.938)	-	(17.938)
Total		661.952	-	661.952	680.902	312	681.214
Total geral		707.185	3.455	710.640	724.732	2.016	726.748

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. Até 31 de dezembro de 2016 foram liberados o montante de R\$ 468.310. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C), sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de maio de 2015 e a última será em 15 de abril de 2031; juros de 2,50% ao ano (referente ao subcrédito D) cuja a primeira amortização iniciou-se em 15 de maio de 2015 e a última será 15 de dezembro de 2022. Os juros incorridos do contrato de financiamento do BNDES, foram incorporados ao principal trimestralmente, nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015. Em 30 de abril de 2015 foi incorporado o montante de R\$ 53.610.

O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras:

- manter Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP), porém com relação ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), o BNDES anuiu em 28 de dezembro de 2016 a dispensa, exclusivamente para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, da obrigação de “manter índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,2” estabelecida no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1390.1, celebrado em 28 de dezembro de 2012 entre o BNDES e a Ferreira Gomes, em sua Clausula Décima Primeira, do Inciso XVI, alínea (ii). Em virtude desse ‘*waiver*’, em 15 de março de 2017, a Companhia efetuou o depósito de R\$ 16.524 em função da exigência para Complementação do ICSD do contrato do BNDES.

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

- Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo mas não se limitando a:

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
 - (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
 - (c) As garantias constantes do CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
 - (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Contra Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
 - (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.
- Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

Terceira Emissão de Debêntures

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$ 210.900 debêntures, (210.900 duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Notas Explicativas

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017. A Companhia efetuou o pagamento de todas as parcelas semestrais de juros remuneratórios vencidas até 31 de dezembro de 2016. Durante o período de carência a Companhia desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida, e quando o montante

de juros correspondente a parcela da TJLP vier a exceder os 6% ao ano, este valor também será incorporado ao principal. Até o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram incorporados o montante de R\$ 30.866. Em 15 de dezembro de 2017 ocorrerá a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais cláusulas instituem que a Companhia deverá:

- comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos).

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2015	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização	31/12/2016
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A	220.966	-	20.598	(32.042)	209.522
BNDES - Subcrédito B	87.456	-	8.153	(12.682)	82.927
BNDES - Subcrédito C	9.868	-	922	(1.430)	9.360
BNDES - Subcrédito D	173.124	-	4.035	(28.767)	148.392
3ª emissão de debêntures	254.833	-	32.965	(9.418)	278.380
(-) custo de captação - a amortizar	(19.499)	-	1.558	-	(17.941)
Total	726.748	-	68.231	(84.339)	710.640

	31/12/2014	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização	31/12/2015
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A	223.906	-	18.868	(21.808)	220.966
BNDES - Subcrédito B	88.620	-	7.469	(8.633)	87.456
BNDES - Subcrédito C	9.999	-	843	(974)	9.868
BNDES - Subcrédito D	188.044	-	4.602	(19.522)	173.124
3ª emissão de debêntures	224.086	-	39.204	(8.457)	254.833
(-) custo de captação - a amortizar	(19.891)	(1.133)	1.525	-	(19.499)
Total	714.764	(1.133)	72.511	(59.394)	726.748

Notas Explicativas

- c. Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
Principal e encargos	68.003	68.003	68.003	68.003	406.320	678.332
(-) custo de captação a amortizar	(1.427)	(1.427)	(1.427)	(1.427)	(10.672)	(16.380)
	<u>66.576</u>	<u>66.576</u>	<u>66.576</u>	<u>66.576</u>	<u>395.648</u>	<u>661.952</u>

15 Provisão para constituição de ativos

Natureza	31/12/2015	Pagamentos	Transferência entre naturezas	31/12/2016
Máquinas e equipamentos	21.932	(6.012)	(5.333)	10.587
Montagem	5.992	-	7.243	13.235
Obras civis	6.774	(702)	(1.910)	4.162
Total	34.698	(6.714)	-	27.984

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, sendo a sua contra-partida registrada no imobilizado em curso, e as quais ainda não houveram desembolso financeiro, pois mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma; de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, sendo a sua contrapartida registrada na provisão para constituição de ativos..

16 Provisão para gastos ambientais

	31/12/2015	Pagamentos	Transferência de longo para curto prazo	Baixas	31/12/2016
Passivo circulante	10.816	(4.355)	10.310	(7.013)	9.758
Passivo não circulante	11.044	-	(10.310)	-	734
Total	21.860	(4.355)	-	(7.013)	10.492

A Companhia realiza investimentos em programas sócioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. A contrapartida pela constituição dessas provisões foram registrada no ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia revisou os montantes estimados de desembolso para o próximo exercício e efetuou a reversão do montante de R\$ 7.013 referente a alteração no projeto de cercamento de áreas de preservação permanente (APP).

Notas Explicativas

17 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significativas para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) Perda provável: Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à 53 processos de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado de R\$ 1.542 (R\$ 1.092 em 31 de dezembro de 2015) e à 02 processos de natureza cível de valor em risco aproximado de R\$ 49.

(B) Perda possível: Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda possível não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 31 de dezembro de 2016 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas Tributárias: Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(ii) Demandas Cíveis: Atualmente existem 6 processos de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 4.048, com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, considera-se como relevantes os processos abaixo relacionados.

Ação Civil Pública nº 99563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.519;

Ação Cautelar Inominada nº 00005352820158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá em face da Ferreira Gomes Energia S/A e outros com o objetivo de produção de provas e apuração de responsabilidade pelo incidente de inundação ocorrido na cidade de Ferreira Gomes/AP no dia 07 de maio de 2015. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.000;

Ação Civil Pública nº 00016274120158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, na qual requer a indenização em decorrência de supostos danos materiais e morais causados pela Ferreira Gomes Energia S/A ao meio ambiente. Não há valor em risco envolvido;

e

Notas Explicativas

Ação Indenizatória nº 00022561520158030006 proposta por Dolivar Alfredo Furtado Abdon em face da Controlada Ferreira Gomes Energia S.A., na qual requer a condenação por supostos prejuízos materiais e morais ocasionados durante a construção do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.062.

(iii) Demandas Trabalhistas: Atualmente existem 47 processos de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 5.560, com natureza de risco possível de perda.

(iv) Demandas Arbitrais: Existe um procedimento arbitral com probabilidade de perda possível, a saber;

Procedimento Arbitral nº 21212/ASM, Instaurado pela TSK Energia Desenvolvimento Ltda, em face da Ferreira Gomes Energia S.A. em tramite perante a Corte internacional de Comércio (“ICC” – International Chamber of Arbitration). Trata-se de procedimento arbitral para dirimir controvérsia decorrente de “Contrato de empreitada total e prazo determinado para a execução das montagens dos equipamentos eletromecânicos, hidromecânicos, sistemas e instalações” da UHE Ferreira Gomes. O valor em risco não pode ser estimado.

(v) Demandas Ambientais: Existem 2 Autos de Infração com probabilidade de perda possível, o qual transcrevemos abaixo:

Auto de Infração Ambiental nº 013596, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000.

Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 014689, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 30.000.

(vi) Demandas Regulatórias: atualmente a Companhia é Parte em processos de ordem regulatória, valendo mencionar o seguinte:

Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0076295-10.2014.4.01.3400, atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta por Associação de Classe (APINE) contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. O valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 5.462.

Notas Explicativas

18 Partes relacionadas

18.1 Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados ou que possam vir a ser celebrados com partes relacionadas, são avaliados a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 699, de 26 de janeiro de 2016.

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante - partes relacionadas		
Alupar Investimento S/A - Venda de energia - ambiente livre	5.293	-
	5.293	-
Passivo não circulante - partes relacionadas		
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A. (a)	7.252	24.752
	7.252	24.752
Receita - partes relacionadas		
Venda de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	59.572	-
Venda de energia elétrica - Energia dos Ventos S.A. (b)	27.628	-
	87.200	-
Custo - partes relacionadas		
Compra de energia elétrica - Energia dos Ventos S.A. (b)	20.300	-
	20.300	-

- a.** A Companhia necessitou de recursos por parte da acionista Alupar Investimento S.A, que foram aportados no período de 08 de setembro de 2015 a 09 de agosto de 2016 totalizando o montante de R\$ 31.839, sendo capitalizado o montante de R\$ 24.587, restando a integralizar o montante de R\$ 7.252
- b.** A Companhia comprou energia elétrica de terceiros no mercado de curto prazo o montante de R\$ 20.300 devido a necessidade de vender energia elétrica para os parques eólicos Energia dos Ventos, em função da recusa por parte da ANEEL de postergar o início de suprimento dos CCEARs dos parques eólicos Energia dos Ventos S.A. - partes relacionadas. A energia ora comprada foi revendida aos parques eólicos pelo montante de R\$ 27.628.

18.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2016
Alupar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	450.200
Alupar	13/06/2011	Conselho de Administração	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	05/05/2011	30/06/2017	161.000	4.830
Alupar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	278.379
Alupar	04/07/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 100416060156300 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	04/07/2016	04/07/2017	3.384	30
Alupar	29/02/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180111216 - Referente a reclamação trabalhista	Prestação de Garantias (Fianças)	01/03/2016	24/02/2017	537	8

Notas Explicativas

18.3 Remuneração da alta administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembléia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 18 de abril de 2016, os membros do Conselho de Administração e Diretoria renunciaram a qualquer remuneração. O plano de remuneração é rateado e assumido entre as demais partes relacionadas.

	31/12/2016	31/12/2015
Benefícios de curto prazo (a)	-	520
Benefícios pós-emprego	-	6
Total	-	526

- (a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia, conforme AGE de 10 de julho de 2014 é de R\$ 700.000.

Em 10 de agosto de 2016 a Companhia aumentou seu capital social, mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital já aportado, em R\$ 17.500 (mediante subscrição de 17.500 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 759.242 para R\$ 776.742.

Em 21 de dezembro de 2016 a Companhia aumentou novamente seu capital social, mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital já aportado em R\$ 7.087 (mediante subscrição de 7.087 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 776.742 para R\$ 783.829.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

Notas Explicativas

	Quantidades de ações	
	31/12/2016	31/12/2015
Alupar Investimento S.A.	783.828.528	759.241.528
Membros do conselho de administração	1	1
	<u>783.828.529</u>	<u>759.241.529</u>

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. Reserva especial para dividendos não distribuídos

- Reserva decorrente dos dividendos mínimos obrigatórios apurados em exercícios anteriores devidos aos acionistas da Companhia. Embora a Companhia tenha incorrido em lucro líquido no exercício findo de 2014, e tenha a prerrogativa de distribuir dividendos, observadas as disposições de seus contratos de financiamento e escritura de debêntures, os administradores recomendaram a não distribuição de dividendos em 2014.

20 Resultado por ação

	31/12/2016	31/12/2015
Numerador		
Prejuízo do exercício	(9.980)	(17.603)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	<u>766.359.219</u>	<u>675.653.474</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>(0,013)</u>	<u>(0,026)</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

21 Receita operacional líquida

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita Bruta			
Suprimento de energia - ambiente regulado		93.097	84.720
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	18.1	87.200	58.033
Ajuste positivo CCEE		3.199	12.318
		<u>183.496</u>	<u>155.071</u>
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(2.543)	(2.510)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(11.715)	(11.562)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(1.648)	(1.393)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(756)	(420)
		<u>(16.662)</u>	<u>(15.885)</u>
Receita operacional líquida		<u>166.834</u>	<u>139.186</u>

Notas Explicativas

22 Custos e despesas operacionais

Nota	31/12/2016		31/12/2015	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	(19.398)	-	(19.222)	-
Compensação financeira	(4.821)	-	(5.107)	-
Utilização do Bem Público - UBP	(375)	-	(375)	-
Doações, contribuições e subvenções	(155)	-	-	-
	(24.749)	-	(24.704)	-
Custos gerenciáveis				
Energia elétrica comprada para revenda	(12.015)	-	(32.629)	-
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas	18.1 (20.300)	-	-	-
Seguros	(2.355)	-	(573)	-
Aluguéis	(75)	(566)	(97)	(95)
Pessoal	(832)	(742)	(385)	(704)
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	-	-	(140)
Material	(1.052)	(2)	(310)	(17)
Serviços de terceiros	(6.299)	(2.934)	(5.680)	(1.867)
Provisão para contingências	(593)	-	(836)	-
Outros custos	(225)	(375)	-	-
Outras receitas	-	77	-	289
	(43.746)	(4.542)	(40.510)	(2.534)
Depreciação e Amortização				
	(37.599)	(397)	(35.382)	(359)
	(37.599)	(397)	(35.382)	(359)
Total				
	(106.094)	(4.939)	(100.596)	(2.893)

23 Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	3.875	1.806
Juros s/ faturas a receber em atraso	440	940
Outras receitas financeiras	53	27
	4.368	2.773
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(68.231)	(59.725)
Outras despesas financeiras	(6.958)	(5.227)
	(75.189)	(64.952)
Resultado financeiro		
	(70.821)	(62.179)

Notas Explicativas

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

24.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

24.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2016		31/12/2015		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	9.658	9.658	4.184	4.184	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	30.728	30.728	24.590	24.590	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	21.304	21.304	26.270	26.270	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	61.690	61.690	55.044	55.044		
Passivo						
Fornecedores	9.093	9.093	15.258	15.258	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos, financiamentos e debêntures	710.640	700.144	726.748	726.748	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	719.733	709.237	742.006	742.006		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa, equivalentes de caixa, e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil; e
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar).

BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

3º emissão de debêntures: Considera-se que os saldos contábeis das debêntures aproximam-se dos seus valores justos.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

24.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No período findo em 31 de dezembro de 2016, não houveram transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

24.4 Informações sobre liquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

24.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2016, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Indexador	Posição em 31/12/2016	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa) Títulos e Valores mobiliários	CDI	9.647	5,78%	8,67%	11,56%	14,45%	17,34%
	CDI	30.728	558	836	1.115	1.394	1.673
			1.776	2.664	3.552	4.440	5.328

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2016 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2016, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2016 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2016 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
3ª emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	275.054	2,44%	3,65%	4,87%	6,09%	7,31%
				24.927	28.492	32.058	35.623	39.189
BNDES subcrédito (A, B e C)	TJLP +	2,34%	279.754	3,75%	5,63%	7,50%	9,38%	11,25%
				17.283	22.651	28.019	33.387	38.755

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

24.6 Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes

Notas Explicativas

com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pelo nosso conselho de administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	9.064	29	-	-	-	9.093
Provisão para constituição de ativos	-	27.984	-	-	-	27.984
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.615	37.073	66.576	199.732	395.644	710.640
Total	20.679	65.086	66.576	199.732	395.644	747.717

24.7 Gestão de capital

	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(48.688)	(45.534)
Não circulante	(661.952)	(681.214)
Dívida total	(710.640)	(726.748)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	40.386	28.774
Dívida líquida	(670.254)	(697.974)
Patrimônio líquido	823.619	809.012
Índice de endividamento líquido	0,81	0,86

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

25 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

Notas Explicativas

No plano de contribuição definida, a companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições devidas enquanto existência de vínculo empregatício.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2016.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco operacional	1.018.490	952	03/12/2017
Risco de responsabilidade civil geral	100.000	73	03/12/2017
Total	1.118.490	1.025	

27 Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente e conseqüentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

28 Eventos Subsequentes

Em 13 de fevereiro de 2017 a Companhia aumentou novamente seu capital social, mediante conversão de adiantamento para futuro aumento de capital já aportado em R\$ 1.000 (mediante subscrição de 1.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 783.829 para R\$ 784.829.

* * *

Contadora

Patrícia N. S. Ferreira
CRC 1SP237063/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da

Ferreira Gomes Energia S.A

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ferreira Gomes Energia S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ferreira Gomes Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui R\$ 1.503.542 referente a ativo imobilizado registrados nas demonstrações contábeis. Conforme mencionado na nota explicativa 3.5, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável da sua unidade geradora de caixa ("UGC"). Para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado os quais são baseados em determinadas premissas.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, bem como a complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil e considerando a redução da demanda do mercado de geração de energia, e ao impacto que eventual alteração nas premissas poderia trazer para as demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos relacionados à elaboração das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pelos órgãos de governança. Analisamos a avaliação da Companhia quanto à existência de indicadores de redução ao valor recuperável (ou de sua reversão) em relação às suas UGCs, por meio de análises da conjuntura econômica e do desempenho de cada UGC no exercício e reuniões com as diretorias operacionais da Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia, especialmente as relativas a taxa de desconto, volume e preço de venda de energia projetado, inflação de custos e taxas, continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Além disso, realizamos discussões com a Companhia, avaliando também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características de cada segmento de negócio. Avaliamos a análise de sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis e razoáveis mudanças nas premissas-chave de preço e projeções de custo operacional usadas pela Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação as premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo imobilizado.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 16 de março de 2017.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Administrativo Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

João Carlos Pelicer

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

São Paulo, 16 de março de 2017.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Administrativo Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

João Carlos Pelicer

Diretor Técnico